



Presidente do STF autoriza contratação de terceirizados para garantir funcionamento de unidades prisionais na Bahia



Segundo ressaltou Toffoli, a autorização para o incremento provisório de mão de obra terceirizada, até a realização de concurso público, permitirá a ativação das unidades prisionais de Irecê e Brumado, representando 1.599 novas vagas no sistema penitenciário estadual.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, suspendeu parcialmente decisão da Justiça do Trabalho que havia proibido a contratação de mão de obra terceirizada nas unidades prisionais na Bahia. Ao deferir pedido de liminar na Suspensão de Tutela Provisória (STP) 138, ajuizada pelo governo estadual, o ministro autorizou a terceirização apenas em duas unidades recém-construídas nos Municípios de Irecê e Brumado, considerando que a superlotação extrema no sistema carcerário do estado acarreta risco potencial à ordem pública.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou ação civil pública visando à extinção dos contratos entre o Estado da Bahia e empresas privadas para gerir unidades

prisionais estatais. Também pediu que o governo se abstivesse de renovar ou de firmar novos contratos de terceirização para as funções de agentes penitenciários.

Pedido de liminar foi acolhido em parte pela Justiça do Trabalho apenas para impedir novas contratações. A decisão foi mantida, sucessivamente, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

No STF, o estado afirma que já se passaram mais de três anos da decisão questionada e que, nesse período, foram construídas as unidades prisionais de Brumado e de Irecê, que não podem ser utilizadas em razão da proibição.

Decisão

Segundo o presidente do STF, há notícia da existência de excesso de presos no Conjunto Penal de Paulo Afonso e a situação carcerária piorou nos últimos meses após a interdição de carceragens de delegacias de polícia localizadas nos municípios vizinhos ao presídio, inclusive com o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) relatando as condições insalubres e a deficiência estrutural nos módulos improvisados que vêm sendo instalados. Para Toffoli, a preservação da integridade física e moral dos presos é dever que a Constituição Federal impõe ao poder público a fim de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana.

O ministro reconheceu, ainda, a existência de risco de eventuais fugas em massa, tendo em vista déficit de pessoal e sobrecarga da capacidade do sistema prisional. Também entendeu configurado

risco de lesão à ordem econômica do estado, que, além de suportar gastos de manutenção com duas novas unidades prisionais fora de atividade por falta de pessoal, tem despendido verbas públicas com a instalação de módulos prisionais improvisados e de condições precárias.

Concurso público

Toffoli destacou que sua decisão não afasta a necessidade da realização de concurso público para suprir a falta de pessoal para administrar os novos presídios e lembrou que os dois últimos concursos para o cargo de agente penitenciário não foram suficientes para sanar o déficit de mão de obra no sistema penitenciário.

“A autorização para o incremento provisório

NITEROI

de mão de obra especializada, até a realização de concurso público, não só permitirá a ativação das unidades prisionais de Irecê e Brumado, representando 1.599 novas vagas no sistema penitenciário, como vem demonstrar a preocupação republicana do Estado da Bahia em sanear, ainda que provisoriamente, a superlotação e as precárias condições do cárcere, que atentam contra a dignidade da pessoa humana”, concluiu.

Fonte: STF

Aprovado PL que garante vigilante 24h em agências bancárias em Rio Bonito/RJ



A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Rio Bonito, esteve presente na votação na Câmara de Vereadores de Rio Bonito, que aprovou o projeto de lei que vai garantir vigilantes 24 horas nas agências bancárias da Região.

O referido projeto foi apresentado pela diretoria do Sindicato ao Vereador Reginaldo Ferreira Dutra.

A Lei do Vigilante 24 horas vai ajudar a cobrir um horário em que não há vigilância nos bancos e auxiliar bastante para a redução do crescimento de um modo de ataque que tem crescido muito. Trata-se dos arrombamentos de caixas eletrônicos com uso de explosivos, além de gerar emprego para a categoria.

Esta é mais uma vitória dos vigilantes.

Fonte: CNTV

Reforma da Previdência: ‘mercado financeiro transforma o país no paraíso do rentismo’

Em vez de tirar R\$ 1 trilhão dos aposentados, economista defende cobrança de impostos sobre grandes fortunas e lucros distribuídos aos acionistas



Apesar das mudanças promovidas pela Câmara e Senado no texto original apresentado pelo governo Bolsonaro na chamada “reforma da Previdência, a proposta ainda é “muito lesiva” para os trabalhadores em geral, segundo a economista e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lucia Fattorelli. Em vez de tirar cerca de R\$ 1 trilhão dos mais pobres – manobra que o governo chama de “economia”–, transferindo esses recursos para o mercado financeiro, bastaria instituir a cobrança de impostos sobre grandes fortunas e também sobre a distribuição de lucros das empresas.

“Se precisamos de R\$ 1 trilhão a mais no Orçamento, porque não cobramos tributos, como imposto sobre as grandes fortunas e acabamos com a isenção (tributária) abusiva e absurda da distribuição de lucros? Só essas duas propostas gerariam em dez anos receitas de R\$ 1,25 trilhão, ou seja, R\$ 250 milhões a mais que esse projeto de destruição da Previdência, que se cobraria dos ricos, e não dos pobres”, questiona ela, em entrevista ao jornalista Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual desta

sexta-feira (6).

Para a economista, a crise fiscal usada pelo governo e pela mídia tradicional para justificar a necessidade de ajustar as contas públicas foi artificialmente criada pelas políticas monetárias adotadas pelo Banco Central (BC) nos últimos anos. “O que tivemos foi uma redução das receitas em decorrência dessa crise fabricada. Esse cenário foi produzido para justificar o cenário de desmonte. O que se quer não é economizar. É tirar quase R\$ 1 trilhão das mãos das pessoas. Quando Guedes fala em economizar, está tirando um R\$ trilhão das pessoas que recebem aposentadorias, pensões e os demais benefícios da Seguridade Social.”

Maria Lucia destaca estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que mostra que, entre as décadas de 1970 e 1990, foram desviados para outras finalidades cerca de R\$ 1,6 trilhão de recursos da Previdência Social.

Segundo ela, a “reforma”, que agora tramita no Senado, retira direitos garantidos na Constituição Federal, que prevê a busca pelo desenvolvimento socioeconômico inclusivo, que garanta vida digna a todos os brasileiros. “O que está valendo nesse país é a vontade do mercado financeiro, que usa o BC para fazer as políticas do seu interesse, transformando o Brasil no país do rentismo, que joga as empresas na falência e o povo no desemprego, na informalidade e na miséria. É preciso que a população brasileira acorde.”

Saída

Segundo a economista da Auditoria Cidadã, a verdadeira reforma que o Brasil precisa é a que acabe com a regressividade do nosso modelo

tributário, que vai pesar mais os impostos para quem ganha menos, enquanto praticamente isenta as camadas mais ricas das população. “O Itaú, por exemplo, tem lucro absurdo de dezenas de bilhões de reais todos os anos. Os sócios que recebem esses bilhões são isentos não pagam nada de tributação. Não pagam contribuição social para a Previdência, – como pagam os trabalhadores – não pagam imposto de renda, como pagam aqueles que ganham acima de R\$ 2 mil. Por isso que a concentração de renda no Brasil é essa indecência, a maior do planeta, a distância mais cruel entre ricos e pobres.”

“Reforma” tributária

Outra mudança que deve afetar o sistema de Seguridade Social é a proposta de “reforma” do

sistema tributário. Vendida como uma ideia que vai “simplificar” os impostos no país, o projeto, em discussão no Congresso Nacional, vai desvincular recursos, pois pretende transformar as contribuições – como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – em imposto. “Quando se muda a natureza do tributo, deixando de ser contribuição e passando a ser imposto, muda-se a destinação dessa arrecadação. Enquanto é contribuição, a destinação é constitucionalmente vinculada, por causa da natureza do tributo. Quando passa a ser imposto, o produto da arrecadação cai num caixa único das contas do governo, com vinculação proibida pela Constituição”, explica.

Fonte: Rede Brasil Atual

Dieese: Pacote anunciado por Bolsonaro é insuficiente para reduzir desemprego

aviso prévio

Equipe econômica estuda lançar conjunto de propostas que devem ampliar participação do setor privado sobre ações públicas e diminuir tributação de empresas, desconsiderando problemas estruturais do desemprego



O governo de Jair Bolsonaro estuda lançar um “pacote de combate ao desemprego” que reúne diversas ações que pretendem criar condições que permitam aos empregadores criarem vagas de trabalho. O conjunto de propostas já vem sendo anunciado pela mídia desde a semana passada, mas apenas

banqueiros e executivos tiveram acesso às propostas elaboradas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que deve, com aval desses setores, anunciá-las nos próximos dias.

Mas, na análise o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, o que se

sabe desse pacote “talvez tenha uma baixa eficácia”, como afirmou em entrevista à jornalista Marilu Cabañas, da Rádio Brasil Atual. Para Clemente, o pacote coloca quase que diretamente o trabalhador como responsável pela falta de postos de trabalho e, ao fazer isso, desconsidera as condições da própria economia brasileira. “Porque a dinâmica econômica não é favorável para a criação de vagas”, ressalta Clemente.

As medidas do governo envolvem a liberação de R\$ 65 bilhões de depósitos recursais para as empresas financiarem o capital de giro. Ou seja, os valores que hoje estão depositados em juízo para que as companhias arquem com questões trabalhistas, serão liberados desde que elas façam um seguro para compensar a reserva desse recurso para o caso de perderem uma ação na Justiça do Trabalho e assim possam indenizar ex-funcionários.

Outra ação prevista é uma tentativa de organizar uma parceria público-privada para a intermediação de mão de obra. Na prática, essa proposta desloca para as empresas do setor privado o trabalho de agência de emprego, que estão a cargo do Sistema Nacional de Emprego (Sine), responsável desde 1975 por esse trabalho, com aporte de recursos públicos. “(Isso é) para que a intermediação seja pública e não privada, mas o governo Bolsonaro prevê justamente o contrário: ampliar e apoiar a intermediação privada de alocação de pessoas em postos de trabalho”, critica Clemente.

O diretor-técnico do Dieese também contesta a proposta do governo de promover algumas facilidades para que o desempregado se qualifique. Clemente

destaca que de fato a formação é um problema para hora da disputa por uma vaga, mas cursos de curta duração, como oferta a equipe econômica, não resultam na qualificação do trabalhador. “Um programa de formação mais extenso, continuado, articulado com o setor empresarial tem se demonstrado muito mais eficaz, coisas que o sistema S faz com maior efetividade”, avalia.

Também é criticável para o especialista duas medidas que preveem estímulos para que as empresas façam algum tipo de investimento em termos de formação, como a redução do PIS/Pasep que os empregadores recolhem, ou ainda da instituição do chamado “emprego verde e amarelo”, que permitirá a desoneração da folha de pagamento e uma redução de 50% no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) às empresas que contratarem um jovem ou profissional desempregado. “O risco disso é que tenhamos uma rotatividade perversa. As empresas demitindo trabalhadores que são contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), para contratar desempregados ou jovens, com estímulo fiscal, pagando portanto menos tributos. Numa condição em que a economia apresenta grave distorção em termos de desemprego, esse tipo de iniciativa pode incentivar uma rotatividade perversa”, alerta o especialista do Dieese.

O plano de aquecimento do mercado de trabalho também deve prever a reformulação das regras para o microempreendedor individual (MEI), modalidade usada por trabalhadores autônomos que, com o pacote, poderão contratar até duas pessoas com novas faixas de limite e contribuição, e

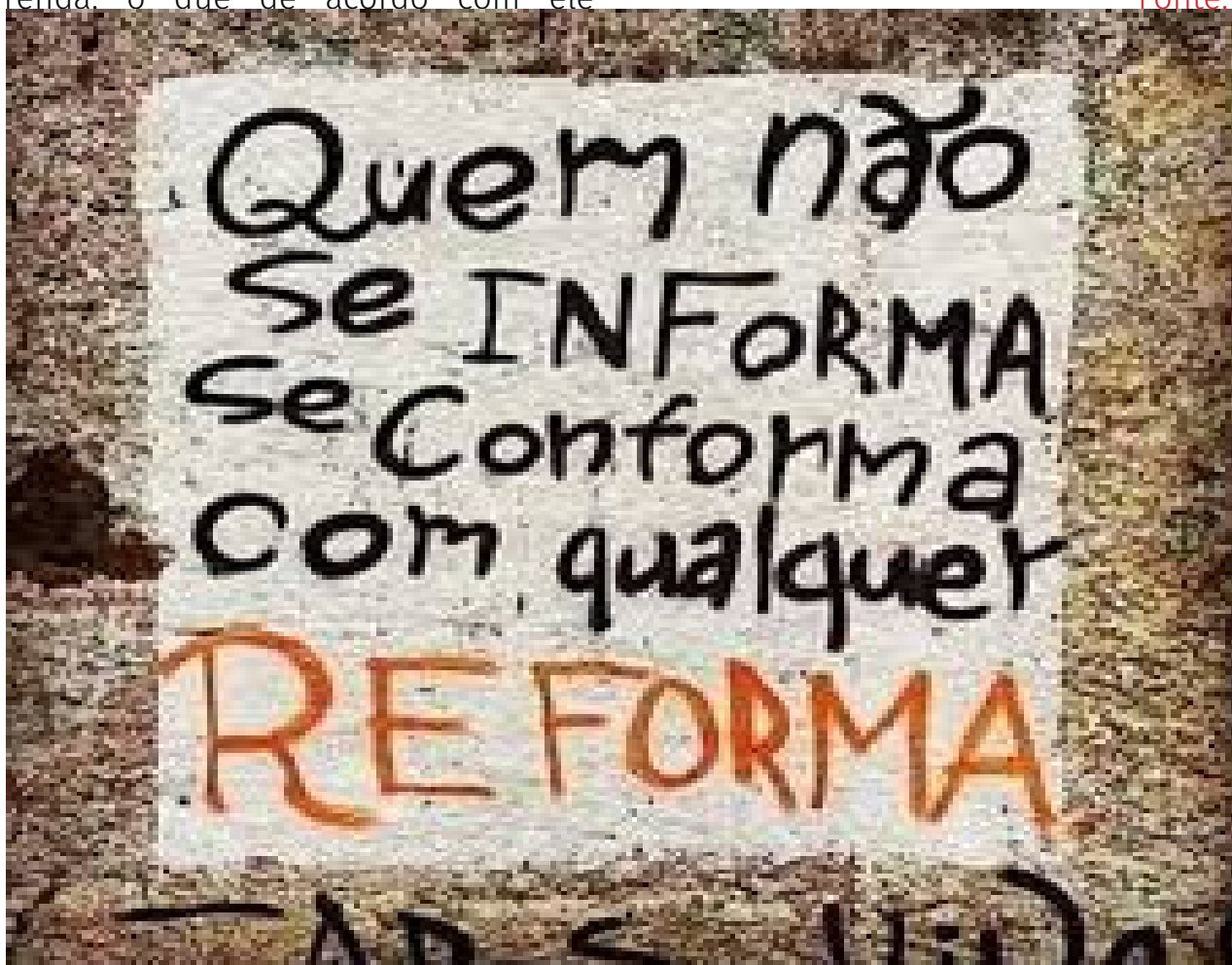
a reformulação do Sine, que além da junção com o setor privado teria seus serviços informatizados. O desenho das medidas também visa reabilitar trabalhadores afastados por problemas de saúde ou acidente, como programas de reabilitação para quem é faz uso problemático de substâncias psicoativas. “É um problema social importante a ser atacado, mas com baixo impacto sobre a criação do emprego”, explica Clemente.

Das medidas previstas, a única que o diretor-técnico destaca positivamente é a ampliação do microcrédito para as comunidades e trabalhadores autônomos que não têm capacidade de comprovação de renda, o que de acordo com ele

pode contribuir para que profissionais que precisam de algum tipo de crédito alavanquem sua atividade econômica e, portanto, beneficiem o país.

Mas, numa análise geral, Clemente destaca que o pacote, que utilizará ainda recursos do Sistema S, não enfrentará de maneira estrutural o problema da falta de postos de trabalho, que atinge hoje 12,6 milhões de pessoas, principalmente por distorcer políticas públicas e promover a privatização. “Não serão essas as medidas que enfrentarão esse grave problema do desemprego”, sintetiza.

Fonte: CUT



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF